



Home

Sala de Disputa

Editais e Processos

Atas e Documentos

Recursos

Esclarecimentos

Impugnações

Apenados / Impedidos

Contratações - PNCP

ETP

Pesquisar Preços

← **CONSULTAR IMPUGNAÇÃO**

Nome do Usuário

**EDUARDO MESQUITA DE  
SOUZA**

Participante

**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE  
LTDA**

**Solicitação**

Solicitação criada às 08:06 em 23/05/2024

Prezados, segue em anexo a impugnação frente à exigência de certificado ABIC discriminado ao item “café”. A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações com o objetivo de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de competidores capacitados para a busca da contratação mais vantajosa para a Administração Pública

**Documentos da Solicitação**

**DOCUMENTOS**

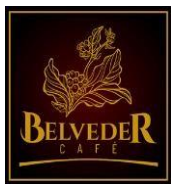
Impugnação Exclusividade Selo ABIC.pdf



CONTRATO SOCIAL - Ultima alteração DMS.pdf



**VOLTAR**



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**  
**CNPJ: 33.174.960/0001-27**  
**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**  
**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**  
[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mpfaris.com.br](mailto:sac.belveder@mpfaris.com.br)

## **IMPUGNAÇÃO**

Conforme disposto em Lei, apresentamos a **IMPUGNAÇÃO** aos requisitos do edital, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão, sendo esta a única medida justa ao caso, para o qual, aguarda deferimento e posterior retificação.

### **1. DOS FATOS**

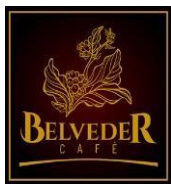
A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, a exigência feita em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito de evitar que ocorra **restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores**, visando facilitar a busca pela **CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA**.

O documento de convocação apresenta cláusulas que prejudicam a equidade na disputa, impossibilitando a Administração de considerar uma oferta notavelmente vantajosa. Isso cria um cenário em que até mesmo uma das empresas mais qualificadas para a contratação pode ser excluída do processo de seleção. Após análise do edital, verificou-se que a exigência de Selo ABIC merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório.

Verifica-se que no edital foi inserido exigência limitadora e incompatível com os próprios limites impostos pela Lei de Licitações, direcionando o produto para algumas marcas em específicas, deixando diversas outras que atendem as especificações quanto a qualidade fora das possibilidades de participação, o que é ilegal edeve ser reformado.

#### **1.1 Portaria SDA/MAPA nº 570/22**

**A adesão à ABIC é voluntária, uma vez que a Portaria 570 do Ministério da Agricultura determina o padrão oficial de classificação do**



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**

**[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mfparis.com.br](mailto:sac.belveder@mfparis.com.br)**

**café torrado e moído brasileiro. O padrão determinado pelo Ministério da agricultura pode ser comprovado por laudos laboratoriais. PORTARIA SDA Nº 570, DE 9 DE MAIO DE 2022, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sda-n-570-de-9-de-maio-de-2022-398971389>.**

A norma, publicada pelo Ministério da Agricultura, foi construída em parceria com entidades do setor, dentre elas a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC).

A nova regra vem ao encontro dos objetivos do Ministério: o de garantir a oferta de produto de qualidade e de segurança ao consumo e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento sustentável de toda a cadeia produtiva e uma concorrência leal no mercado.

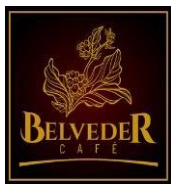
Com o novo padrão, as empresas terão que classificar o produto antes da comercialização. A classificação pode ser terceirizada e realizada lote a lote através de uma Entidade Credenciada pelo Ministério, como a ABIC, ou adotando um sistema próprio, por fluxo operacional, desde que o Manual de Boas Práticas seja aprovado pelo MAPA.

Os Selos da ABIC também ajudarão nesse processo, mas não serão a única fonte para certificação e avaliação do café. O Selo ABIC apenas funciona como mais uma ferramenta para saber se o café é de qualidade e está em conformidade com a legislação, pois a Portaria 570 possui os mesmos parâmetros já adotados no programa de certificação da ABIC.

## **2. DOS FUNDAMENTOS**

A exigência de comprovação de Pureza e/ou Qualidade do produto apenas através da Certificação ABIC limita a oferta, restringe a participação de várias outras empresas com produtos de alta qualidade cujo a comprovação ocorre por laudos laboratoriais, menosprezando totalmente a qualidade de tantas outras marcas existentes no mercado.

A certificação da ABIC, requerida no edital, é feita por insituição privada, cujo sua adesão não é obrigatória, pois não deriva de ato normativo brasileiro,



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**

**[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mpfaris.com.br](mailto:sac.belveder@mpfaris.com.br)**

portanto, não podem ser exigidos nos editais de forma a limitar a participação e oferta de produtos que atendem integralmente as especificações do edital.

As exigências de Certificação junto a órgãos privados podem ser feitas, porém, não deverão servir para afastar licitantes que comprovem a qualidade do produto, uma vez que:

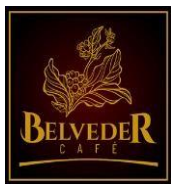
- as certificações não são obrigatórias pela legislação brasileira
- a comprovação das exigências de qualidade e pureza podem ocorrer por laudos laboratoriais.

Por se tratar de uma instituição privada (ABIC), as comprovações quanto a qualidade e pureza do café devem sempre ser precedidas de e/ou (Certificado ABIC e/ou Laudos Laboratoriais) uma vez que as marcas que não sejam filiadas as ABIC para emissão do certificado, possam apresentar seus produtos acompanhados pelos laudos laboratoriais emitidos por Laboratórios Certificados sem a exigência de certificação ABIC.

O entendimento do Tribunal de Contas da União é claro no sentido de coibir a exigência do referido Selo, por se tratar de uma associação privada, vejamos: Acórdão 1985/2018 – Plenário – Rel. Min. José Múcio Monteiro:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA COMPRA DE CAFÉ. RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ (ABIC) PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA DA ENTIDADE. ANÁLISE DE MÉRITO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. ANULAÇÃO DO PREGÃO. DETERMINAÇÕES. (...)

O que afronta a lei é a exigência exorbitante de apresentação do selo da ABIC, quando existem laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela Vigilância Sanitária) para atestar a qualidade do produto em questão”.



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**

**[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mpfaris.com.br](mailto:sac.belveder@mpfaris.com.br)**

Assim, o relator, ao concordar com a unidade técnica, e na mesma linha do que já havia afirmado quando da apreciação da medida cautelar anterior, destacou que “o ponto central da análise da representação consiste no fato de que o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características. Desse modo, deve ser permitido a todos licitantes fazerem uso de outras entidades credenciadas, incrementando, assim, a efetiva concorrência e a amplitude da participação”. Acórdão n.o 1354/2010-1a Câmara, TC- 022.430/2009-1, rel. Min. Valmir Campelo, 16.03.2010.

(...) “a comprovação da qualidade do café, seja na fase da licitação ou durante a execução contratual, não precisa ser feita, necessariamente, por meio de laudo emitido por instituto especializado credenciado à ABIC, podendo a mesma ser aferida por intermédio de laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – Reblas, os quais estão habilitados a realizar ensaios em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.” Acórdão n.o 2019/2010-Plenário, TC-019.176/2010-4, rel. Min. José Múcio Monteiro, 11.08.2010.

(...) “Desta feita, na análise de mérito da questão, o relator registrou reconhecer a “boa intenção dos responsáveis em realizar uma compra adequada resguardando o erário”. Todavia, ressaltou que “a irregularidade não está na busca de condições mínimas para o objeto a ser fornecido, ação sempre desejável. O que afronta a lei é a exigência exorbitante de apresentação do selo da ABIC, quando existem laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela Vigilância Sanitária) para atestar a qualidade do produto em questão”.

Assim, o relator, ao concordar com a unidade técnica, e na mesma linha do que já havia afirmado quando da apreciação da medida cautelar anterior, destacou que “o ponto central da análise da representação consiste no fato de que o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características. Desse modo, deve ser permitido a todos licitantes



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**

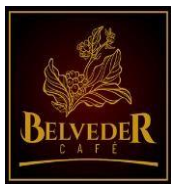
**[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mpfaris.com.br](mailto:sac.belveder@mpfaris.com.br)**

fazerem uso de outras entidades credenciadas, incrementando, assim, a efetiva concorrência e a amplitude da participação. Portanto, fica claro que a exigência de Credenciamento a ABIC e a respectiva exigência de Certificado de Pureza e Qualidade ferem o princípio da legalidade e da isonomia entre os interessados, o que diretamente fere o princípio da proposta mais vantajosa e da ampliação da disputa. Ressaltamos ainda, que os laudos devem ser emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou Ministério da Agricultura, conforme resoluções ANVISA n. 277 de 22/09/2005, Resolução ANVISA/RDC n. 12 de 01/01/2001, Resolução ANVISA/RDC n. 175 de 28/07/2003 e Instrução Normativa n. 16 de 24/05/2010 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### **3. DA LEGISLAÇÃO**

Tal conduta não se coaduna com os princípios básicos das licitações, contidos no Art. 37, XXI, da Constituição Federal e no Art. 3º da Lei das Licitações, tais como os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa, e seleção da proposta mais vantajosa. No caso aqui debatido, a exigência de Certificado ABIC qualidade/pureza é totalmente ilegal, afrontando o princípio da isonomia entre os interessados, ferindo a legalidade no processamento, ferindo a impessoalidade do Administrador Público na condução do procedimento, pois direciona a aquisição, limitando o número de participantes no certame e fazendo distinção entre eles. Inicialmente registre-se que, na linha de proibir cláusulas desarrazoadas, estabeleceu-se que somente podem ser previstas no ato convocatório exigências autorizadas na Lei (art. 30, § 5º).

A carta magna, em seu art. 37, inc. XXI, traz uma visível determinação no sentido de que os requisitos de capacitação técnica das licitantes sejam reduzidos ao mínimo possível, como ilustremente registrado por José Cretella Júnior, "apenas serão admitidas exigências absolutamente necessárias para demonstrar que o proponente está preparado para executar o objeto da



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**

**[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mpfaris.com.br](mailto:sac.belveder@mpfaris.com.br)**

licitação" (In Comentários à Constituição Brasileira de 1988, ed. Forense Universitária, 2a ed., 1992, v. IV, p. 2249). E foi exatamente para dar maior sustentabilidade ao artigo esculpido na Carta da República que a Lei de Licitações veio a determinar e limitar em seus artigos 27 à 31 os documentos que podem ser requisitados para fins de habilitação em uma licitação. E infere-se, ainda, do artigo 3o, que é vedado à Administração ultrapassar esses limites, por meio da inclusão de condições que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a isonomia das licitantes, verbis:

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

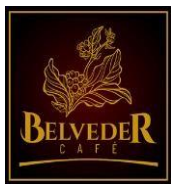
### **1o É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (grifei)

Interpretando as disposições do artigo 3o, o ilustre especialista na área de licitação, o doutor MARÇAL JUSTEN FILHO assevera:

Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3o, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3o. Havendo dúvida sobre o caminho





**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**

**[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mpfaris.com.br](mailto:sac.belveder@mpfaris.com.br)**

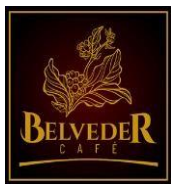
a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos', Ed. Dialética, 5ª edição, fls. 54). (grifei) A lei licitatória buscou a preservação do que realmente procura atingir em uma licitação, impondo várias limitações de modo a evitar que exigências não previstas em lei acabassem por representar instrumentos de indevida restrição à liberdade de participação em licitação e desvio da igualdade entre os licitantes. Marçal Justen Filho trata do assunto:

Os agentes administrativos deverão, ao elaborar o ato convocatório e estabelecer as condições pertinentes ao certame, tomar em vista a finalidade da ampliação da competitividade. Portanto, as exigências pertinentes à participação e ao julgamento deverão ser adotadas para atingir aquele objetivo. Isso se reflete especialmente no tocante aos requisitos de habilitação e nas regras relativas à elaboração das propostas e oferecimento dos lances. (FILHO, Marçal Justen – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico – 2ª Edição revista e atualizada – São Paulo – 2003) (grifei)

O Art. 4º do Decreto 3.555 (lei do Pregão) traz a seguinte redação:

A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.





**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**

**CNPJ: 33.174.960/0001-27**

**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**

**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**

**[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mpfaris.com.br](mailto:sac.belveder@mpfaris.com.br)**

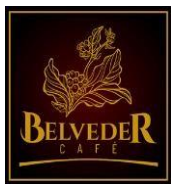
Já o inciso II do Artigo 3º da Lei 10.520 alerta:

A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição. (grifei) O administrador público não goza de plena liberdade, deve sim conduzir a licitação, em qualquer das modalidades, em conformidade com o que exige a legislação, sem se afastar dela.

Hely Lopes Meirelles, destaca:

A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. (grifei) E continua: A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo:Malheiros, 2005). (grifei)

**Na Administração Pública, não há espaço para liberdades e vontades particulares, deve, o agente público, sempre agir segundo aquilo que a lei lhe impõe, só podendo agir secundum legem.** Enquanto no campo das relações entre particulares é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe (princípio da autonomia da vontade), na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. E no caso em tela, a lei não autoriza exigências desproporcionais, que não se sustentam, como é o caso aqui discutido, devendo haver a retificação do edital, exigindo apenas aquelas comprovações necessárias a aquisição do produto com qualidade, sem limitar a participação de um número maior de interessados, bem como afastando do certame o direcionamento para um único produto, o que é vedado pela legislação pátria.



**DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI**  
**CNPJ: 33.174.960/0001-27**  
**Rua Beta, 387 - Vila Paris Contagem/MG - CEP: 32372-090**  
**Contato: (31)99944-8605 / (32) 98490-9719**  
[silvana.facion@mpfaris.com.br](mailto:silvana.facion@mpfaris.com.br) / [sac.belveder@mpfaris.com.br](mailto:sac.belveder@mpfaris.com.br)

**Com isso, pedimos pela retificação do edital para:**

1. Que seja corrigida a redação, cujo a exigência seja precedidas de **e/ou** (Certificado ABIC e/ou Laudos Laboratoriais), laudo este emitido conforme as resoluções citadas nesta impugnação. Ou seja, laudos emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou acreditados pelo MAPA.


**Não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, pedimos que remeta o processo devidamente instruído a instância superior, para julgamento e deferimento dos pedidos.**

Nestes Termos Pedimos Deferimento.

EDUARDO MESQUITA  
DE  
SOUZA:11798008696

Assinado de forma digital por  
EDUARDO MESQUITA DE  
SOUZA:11798008696  
Dados: 2024.01.12 19:36:25 -03'00'


Minas Gerais, 12 de janeiro de 2023.

 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</p>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)  <b>31212136971</b>	Código da Natureza Jurídica  <b>2062</b>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**

Nome: DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE LTDA  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP  
  
MGP2200758216

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

CONTAGEM  
Local

25 AGOSTO 2022  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM  


---

---

---

---

---

☐ SIM  


---

---

---

---

---

☐ NÃO      /  /      \_\_\_\_\_  

Data
Responsável

☐ NÃO      /  /      \_\_\_\_\_  

Data
Responsável

Processo em Ordem À decisão

  /  /    
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

/  /    
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

/  /    
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/426.441-9	MGP2200758216	18/08/2022

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
117.980.086-96	EDUARDO MESQUITA DE SOUZA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**SEGUNDA ALTERAÇÃO EMPRESA**  
**DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA**  
**CNPJ: 33.174.960/0001-27**  
**NIRE: 31600730684**

**EDUARDO MESQUITA DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/04/1993, médico, portador da Carteira de Identidade MG 17164106, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 117.980.086-96, residente e domiciliado na Rua dos Aimorés, nº 1862, Apto.908, Bairro: Funcionários em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.140-071.

Titular da empresa **DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA**, estabelecida a Rua Beta, nº 387, Galpão, Bairro Vila Paris em Contagem/MG, CEP: 32.372.090, inscrita no CNPJ 33.174.960/0001-27, arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31600730684 em 28/03/2019.

Resolve na melhor forma de direito alterar o referido instrumento mediante a seguinte cláusula:

**Cláusula Primeira:** Alteração do objeto social: muda-se o objeto: Comércio varejista e atacadista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios, preparação e fabricação de leite, laticínios, café torrado, moído, solúvel, café em grão, verde e in natura, torrefação de café especiais, café expresso, exportação de grãos, café e cereais e depósitos de mercadorias de consumo e para terceiros, fabricação de pós alimentícios, serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

À vista das modificações ora ajustadas consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

**Cláusula Primeira:** A empresa gira sob o nome empresarial DMS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA.

**Parágrafo Único:** A empresa tem como nome fantasia BELVEDER ALIMENTOS.

**Cláusula Segunda:** A empresa tem a sua sede à Rua Beta, nº 387 Galpão, Bairro Vila Paris em Contagem-MG CEP 32.372- 090.

**Cláusula Terceira:** O Objeto Social Comércio varejista e atacadista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios, preparação e fabricação de leite, laticínios, café torrado, moído, solúvel, café em grão, verde e in natura, torrefação de café especiais, café expresso, exportação de grãos, café e cereais e depósitos de mercadorias de consumo e para terceiros, fabricação de pós alimentícios, serviços combinados de escritório e apoio administrativo.



**Cláusula Quarta:** O capital social é de R\$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, assim subscrita:

Sócio	VALOR R\$
EDUARDO MESQUITA DE SOUZA	R\$ 99.800,00
TOTAL	R\$ 99.800,00

**Cláusula Quinta:** A empresa iniciou as suas atividades em 26/03/2019 e seu prazo de duração, continuará sendo indeterminado.

**Cláusula Sexta:** A administração da empresa continuará ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

**Cláusula Sétima:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

**Cláusula Oitava:** A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

**Cláusula Nona:** O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Décima:** O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

**Cláusula Décima Primeira:** Fica eleito o foro de Contagem- MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

**Contagem, 25 de agosto de 2022.**

---

**EDUARDO MESQUITA DE SOUZA**  
**Sócio-Administrado**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9551054 em 26/08/2022 da Empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE LTDA, Nire 31212136971 e protocolo 224264419 - 22/08/2022. Autenticação: 4B6AEAAFC861CA17292CA8158F65BCB302E3AEA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/426.441-9 e o código de segurança f8iP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/426.441-9	MGP2200758216	18/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
117.980.086-96	EDUARDO MESQUITA DE SOUZA







## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE LTDA, de NIRE 3121213697-1 e protocolado sob o número 22/426.441-9 em 22/08/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9551054, em 26/08/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Viviane Oliveira Duarte.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
117.980.086-96	EDUARDO MESQUITA DE SOUZA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
117.980.086-96	EDUARDO MESQUITA DE SOUZA

Belo Horizonte. sexta-feira, 26 de agosto de 2022



Documento assinado eletronicamente por Viviane Oliveira Duarte, Servidor(a) Público(a), em 26/08/2022, às 11:29 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 22/426.441-9.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. sexta-feira, 26 de agosto de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9551054 em 26/08/2022 da Empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE LTDA, Nire 31212136971 e protocolo 224264419 - 22/08/2022. Autenticação: 4B6AEAAFC861CA17292CA8158F65BCB302E3AEA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/426.441-9 e o código de segurança f8iP Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL